Janeiro a nomeação de José Alípio Castro Morgado Lima, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos de tempo e de acordo com o disposto no n.º 9 do artigo 21.º da aludida Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produz efeitos a partir de 29 de Setembro de 2008.

Síntese curricular

Nome: José Alípio Castro Morgado Lima
Data de nascimento — 23 de Novembro de 1947
Habilitações Académicas — Bacharelato em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto.
Experiência Profissional:

De 1979 a 1987 trabalhou como Director Técnico na empresa SOTEDUL — Sociedade de Terraplanagens Duriense, L.da;
De 21 de Setembro de 1987 a 9 de Maio de 1991 exerceu funções de Engenheiro Técnico Civil no Município de Valongo;
De 10 de Maio de 1991 a 19 de Fevereiro de 1992 exerceu funções de Engenheiro Técnico Civil no Município de Penafiel;
De 20 de Fevereiro de 1992 a 31 de Maio de 1993 Exerceu funções de Engenheiro Técnico Civil no Município de Marco de Canaveses.
De 01 de Junho de 1993 a 02 de Fevereiro de 2003 exerce funções neste Município como Chefe de Divisão de Obras Particulares;
De 03 de Fevereiro de 2003 a 22 de Janeiro de 2008 exerce funções de Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, a partir de 23 de Janeiro de 2008 até à presente data exerceu funções de Chefe de Divisão Urbanística, em regime de substituição.

Algumas actividades a destacar:

Chefia, coordena, planifica e desenvolve de forma integrada as actividades de gestão e desenvolvimento urbanístico e o funcionamento dos respectivos serviços; dá pareceres sobre as pretensões apresentadas por escrito, no domínio do urbanismo e da construção, com vista a verificar a sua conformidade com os PMOT´s e de enquadramento com o PDM; dá pareceres sobre afixação de objectos publicitários; Informa e aprecia os projectos de construção e ocupação; Aprecia e informa projectos de estabelecimentos de restauração, estabelecimentos hoteleiros; aprecia os projectos relativos a licenciamento e autorização, no que diz respeito a edificação e urbanização, bem como, o licenciamento industrial e de empreendimentos turísticos; Aprecia os projectos relativos a licenciamento e autorização de edificação e urbanização, bem como licenciamento industrial; participa e chefia Comissões de Vistorias; Dá todo o apoio às equipas de implementação de obras e vistorias.

Formação Profissional:

Curso "IV curso Monográfico sobre resíduos sólidos e saúde pública"; curso" Código do Procedimento Administrativo"; Acção de esclarecimento sobre vistorias; Seminário "Loteamento e Obras Particulares"; curso" O Regime Jurídico da Urbanização e Edificação"; curso "Novo Novo Reg. Inst. Func. Empreendimentos. Tur. Rest. ou de Bebidas"; curso "Regime Jurídico de Urbanização e Edificação"; curso "Apreciação Municipal de Projectos de Condicionamento Acústico"; Seminário de Alta Direcção em Administração Local; curso" O Novo Sistema de Avaliação do Desempenho da Administração Pública"curso" As principais Alterações Legislativas ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação"

3 de Outubro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Manuel Moreira.*
300802867

Aviso n.º 24921/2008

Nomeação de um cargo de Direcção Intermédia de 2.º grau Chefe de Divisão de Planeamento

Na sequência do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, para Chefe de Divisão de Planeamento, por aviso publicado na Bolsa de Emprego Público, no Jornal de Notícias, e no *Diário da República* 2.ª série, conforme o estabelecido no n.º 1, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, verificou-se a apresentação de três candidaturas.

A este procedimento concursal compareceram à entrevista pública António Alberto Gonçalves de Freitas e Luís Mamede Maia Sousa.

O júri do concurso procedeu à aplicação dos métodos de selecção previstos: Avaliação Curricular e Entrevista Pública, tendo em resultado proposto a escolha do candidato António Alberto Gonçalves de Freitas, conforme consta da sua acta de 4 de Setembro de 2008.

Assim, com base nas razões invocadas pelo júri na acta referida, na experiência profissional evidenciada na síntese curricular em anexo, determinei, por meu despacho de 29 de Setembro de 2008, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 30 de Agosto, e no uso da competência que me é conferida pelo artigo 15.º, do mesmo Decreto-Lei e alínea *a*), do n.º 2, do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a nomeação do licenciado António Alberto Gonçalves de Freitas, no cargo de Chefe de Divisão de Planeamento, em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos de tempo e de acordo com o disposto no n.º 9 do artigo 21.º da aludida Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produz efeitos a partir de 29 de Setembro de 2008.

Síntese curricular

Nome: António Alberto Gonçalves de Freitas
Data de nascimento — 29 de Dezembro de 1962
Habilitações Académicas — Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano, pela Universidade de Aveiro.
Experiência Profissional:

De 01 de Abril de 1994 exerceu funções como técnico superior de planeamento até 20 de Janeiro de 2001, sendo responsável pelo acompanhamento da Carta Arqueológica, do Concelho de Marco de Canaveses; responsável pela delimitação da carta da Reserva Ecológica Nacional; responsável pela delimitação das áreas industriais no processo de revisão do PDM; responsável pela digitalização e informatização do Plano Director Municipal; Colabora nas candidaturas ao programa Pró-Norte; Representa a Câmara Municipal nas reuniões da Comissão Regional da Reserva Agrícola, na Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho; Apoia a colabora nas actividades de obras particulares; Atendimento ao munícipe no que diz respeito a informações sobre o PDM; Reserva Agrícola Municipal, Reserva Ecológica Nacional e outras servidões legalmente instituídas.
De 21 de Janeiro de 2004 a 22 de Janeiro de 2008 exerce funções de Chefe de Divisão de Planeamento, a partir de 23 de Janeiro de 2008 exerce funções como Chefe de Divisão de Planeamento em regime substituição.

Algumas actividades a destacar:

Participa na revisão do Plano Director Municipal(PDM) do concelho de Marco de Canaveses; Acompanha a elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever; Acompanha a elaboração do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega; Assegura o atendimento ao público e a prestação de informação sobre todos os planos em vigor, na área do concelho de Marco de Canaveses — Planos Especiais de Ordenamento do Território, Plano Director Municipal e Planos de Pormenor; mantém actualizada a relação de todos os instrumentos de gestão territorial em vigor para a área do concelho; responsável pela emissão de pareceres e informações sobre o uso do Solo; responsável pelas informações nos processos de licenciamento de pedreiras; responsável pela organização dos processos de utilização não agrícola; responsável pelo inventário e actualização das massas minerais licenciadas no concelho; responsável pela utilização da cartografia na área do concelho; colabora com a Divisão de Gestão Urbanística, no esclarecimento das dúvidas de localização nos processos de licenciamento.

Formação Profissional:

Curso "Regime Jurídico da Urbanização e Edificação"; curso "O Novo Sistema de Avaliação do Desempenho da Administração Pública"; curso "A 2.ª Geração de Planos Directores Municipais"; curso "Apreciação Municipal de Projectos de Condicionamento Acústico"; curso" Operações Urbanísticas"; curso "Contribuição dos Poderes Locais para a Preservação do Ambiente"; curso "Avaliação de Impacte Ambiente"; Seminário sobre as Recentes Alterações ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial"; Conferência sobre Ordenamento do Território e Revisão de PDM's; curso "Regulamentos Administrativos de Planos Municipais de Ordenamento do Território"; curso "Cartografia Digital"; Seminário de Alta Direcção em Administração Local"; Conferência "Ordenamento do Território e Revisão dos PDM"; curso" O Regime Jurídico da Urbanização e Edificação"; Seminário "Geologia, Ambiente, Ordenamento do Território e Turismo"; Seminário "Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território" Seminário "Regulamentos Urbanísticos Municipais — Técnicas de Elaboração" Seminário "Avaliação dos PDM's em vigor" Seminário "O Futuro dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal"; Colóquio "A Execução dos Planos Directores Municipais"; Seminário "Licenciamento de Obras

Particulares" Seminário "Os Sistemas de Informação Geográfica na Administração Urbanística e Municipal"

3 de Outubro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Manuel Moreira.*

300802794

Aviso n.º 24922/2008

Nomeação de um cargo de Direcção Intermédia de 2.º grau Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico

Na sequência do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, para Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico, por aviso publicado na Bolsa de Emprego Público, no Jornal de Notícias, e no *Diário da República* 2.ª série, conforme o estabelecido no n.º 1, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, verificou-se a apresentação de duas candidaturas.

A este procedimento concursal compareceram à entrevista pública José Augusto Diogo Peixoto e António Manuel Ribeiro Carneiro Leão.

O júri do concurso procedeu à aplicação dos métodos de selecção previstos: Avaliação Curricular e Entrevista Pública, tendo em resultado proposto a escolha do candidato José Augusto Diogo Peixoto, conforme consta da sua acta de 4 de Julho de 2008.

Assim, com base nas razões invocadas pelo júri na acta referida, na experiência profissional evidenciada na síntese curricular em anexo, determinei, por meu despacho de 29 de Setembro de 2008, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 30 de Agosto, e no uso da competência que me é conferida pelo artigo 15.º, do mesmo Decreto-Lei e alínea *a*), do n.º 2, do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a nomeação do licenciado José Augusto Diogo Peixoto, no cargo de Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico, em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos de tempo e de acordo com o disposto no n.º 9 do artigo 21.º da aludida Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produz efeitos a partir de 29 de Setembro de 2008.

Síntese curricular

Nome: José Augusto Diogo Peixoto

Data de nascimento — 22 de Fevereiro de 1969

Habilitações Académicas — Licenciatura em Direito pela Universidade Católica do Porto

Experiência Profissional:

10 de Agosto de 1995 — Técnico Superior Consultor Jurídico, na área da investigação criminal, posto de Alferes — Ministério da Defesa Nacional/Delegação de Coimbra da Polícia Judiciária Militar.

Acções de Especialização:

Pós Graduação em Direito Administrativo e Administração Pública, em Março de 1999;

Estágio Profissional de Advocacia, concluído em Outubro de 1997, no Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados;

Curso de Inspecção Judiciária concluído no Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais;

27 de Novembro de 1997 — Técnico Superior Consultor Jurídico, posto de Tenente no Ministério da Defesa Nacional/Departamento de Justiça do Quartel-General da Região Militar do Norte — elaboração de estudos, trabalhos e pareceres de natureza jurídica.

1 de Agosto de 2002 — Técnico Superior de 2.ª classe Consultor Jurídico, promovido à categoria de Técnico Superior de 1.ª classe, em 13 de Julho de 2004 no Município de Aguiar da Beira — elaboração de pareceres jurídicos no âmbito do regime jurídico da urbanização e edificação, relação jurídica de emprego público, empreitadas de obras públicas, realização de despesas públicas e contratação pública relativa à locação e aquisição de bens e serviços, notariado privativo e registo predial, novo regime da avaliação do desempenho, estatuto dos dirigentes da Administração Pública, contrato individual de trabalho na Administração Pública, procedimento e contencioso administrativo, regime jurídico das férias, faltas e licenças, novo código do trabalho, lei das empresas municipais, intermunicipais e regionais, estatuto dos eleitos locais, lei das finanças locais, competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios, tendo em vista a uniformização de interpretações jurídicas, elaboração de processos disciplinares, tratamento de documentação de suporte ao estudo jurídico, organização de processos de expropriação, responsabilidade por processos de gracioso administrativo, acompanhamento de processos de contencioso administrativo, penal e cível, elaboração de Regulamentos Municipais.

3 de Março de 2006 — Técnico Superior de 1.ª classe, na área de Consultadoria Jurídica na Administração Regional de Saúde do Norte/Sub-Região de Saúde do Porto — Apoio Jurídico à Divisão de Aprovisionamento e Património, nomeadamente através de elaboração de pareceres jurídicos nessa área, participação em actos públicos, no âmbito de aquisição de bens e serviços para apoio jurídico às respectivas comissões;

5 de Março de 2007 — Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização na Câmara Municipal de Marco de Canaveses, até 22 de Janeiro de 2008, a partir dessa data Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico, em regime de substituição — membro permanente de Júri de Concursos Públicos de Empreitadas de Obras Públicas, procedimentos concursais de aquisição de bens e serviços, bem como de concursos de pessoal; chefia do sector de contra-ordenações e fiscalização; chefia do sector de assuntos jurídicos e de contencioso; Notário privativo e Oficial Público do município.

Formação Profissional:

Frequentou o 1.º Ciclo de Conferencias sobre as Alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; Seminário do Departamento Municipal Jurídico e de Contencioso; Curso Organização do Trabalho Administrativo; curso "Novo Regime de Avaliação do Desempenho"; curso "O Novo Contencioso Administrativo e as Implicações no CPS"; curso "A reforma de Tributação do Património e as suas implicações a nível municipal"; curso "Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas"; curso "Organização e funcionamento do poder Local."A Descentralização Administrativa"; curso "Novo Regulamento do Ruído"; curso "Código do Procedimento Administrativo e Modernização Administrativa"; curso "Regime jurídico de Férias, Faltas e Licenças"; curso de formação inicial de formadores; curso "Organização do trabalho Administrativo".

3 de Outubro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Manuel Maria Moreira.*

300802761

Aviso n.º 24923/2008

Nomeação de um cargo de Direcção Intermédia de 2.º grau Chefe de Divisão de Obras

Na sequência do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, para Chefe de Divisão de Obras, por aviso publicado na Bolsa de Emprego Público, no Jornal de Notícias, e no *Diário da República* 2.ª série, conforme o estabelecido no n.º 1, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, verificou-se a apresentação de duas candidaturas.

A este procedimento concursal compareceu à entrevista pública, Vítor Manuel Dinis Gonçalves Pires.

O júri do concurso procedeu à aplicação dos métodos de selecção previstos: Avaliação Curricular e Entrevista Pública, tendo em resultado proposto a escolha do candidato Vítor Manuel Dinis Gonçalves Pires, conforme consta da sua acta de 18 de Junho de 2008.

Assim, com base nas razões invocadas pelo júri na acta referida, na experiência profissional evidenciada na síntese curricular em anexo, determinei, por meu despacho de 29 de Setembro de 2008, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 30 de Agosto, e no uso da competência que me é conferida pelo artigo 15.º, do mesmo Decreto-Lei e alínea *a*), do n.º 2, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro a nomeação do licenciado Vítor Manuel Dinis Gonçalves Pires, no cargo de Chefe de Divisão de Obras, em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos de tempo e de acordo com o disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produz efeitos a partir de 29 de Setembro de 2008.

Síntese curricular

Nome: Vítor Manuel Dinis Gonçalves Pires

Data de nascimento — 29 de Abril de 1973